



Movimentos recentes das editoras de livros e a situação dos trabalhadores do setor¹

José de Souza Muniz Júnior²
Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo (ECA–USP)

Resumo

O artigo discute, a partir dos referenciais dos estudos sobre os processos produtivos contemporâneos, a situação dos profissionais de edição de livros. Partimos de dois fenômenos principais: (1) o conjunto de fusões e aquisições entre editoras, com a formação de oligopólios de comunicação; e (2) a reestruturação produtiva, com terceirização de serviços, flexibilização dos contratos e precarização da mão-de-obra. Com esses subsídios, constatamos algumas das problemáticas que se colocam aos profissionais da área e à pesquisa acadêmica brasileira em Editoração.

Palavras-chave: editoração; editoras de livros; trabalho; trabalhadores; toyotismo.

Introdução

No Brasil, os estudos da editoração (e, em particular, sobre a edição de livros) têm privilegiado alguns focos de análise. É bastante expressivo o número de investigações com viés histórico, que tratam principalmente das instituições editoras e de seus idealizadores/líderes — os editores (*publishers*). Também têm destaque as investigações que privilegiam o estudo de aspectos formais, como tipografia, design, ilustração etc. Por fim, há uma série de pesquisadores preocupados com a editoração em sua relação com os campos da educação, da ciência e da literatura; nesses casos, a edição de livros surge menos como instância autônoma de análise e mais como “setor de expressão” dos campos supracitados.

A variedade de temas e de disciplinas mobilizadas nesses estudos é bastante positiva, embora faça transparecer a falta de identidade entre os pesquisadores e a ausência de um “lugar comum”. Esse é o papel que as Ciências da Comunicação têm buscado suprir, na medida em que a editoração é vista de um ângulo transdisciplinar, como um processo complexo de produção, distribuição e recepção de artefatos simbólicos, implicando variáveis sociais, culturais, políticas, cognitivas e econômicas.

¹ Trabalho apresentado ao NP Produção Editorial, no VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Ciências da Comunicação pela ECA–USP e membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho, na mesma instituição. E-mail: jose.muniz@usp.br. A elaboração deste artigo contou com as valiosas sugestões dos pesquisadores Cristina Yamazaki e Basílio Akira Takiy, a quem agradeço.



O objetivo deste artigo é discutir, sob a égide desse campo do saber e com o aporte de outras áreas do conhecimento, um aspecto que tem sido quase sempre negligenciado nos estudos da editoração: as novas formas de trabalho nas empresas editoriais e seu reflexo na identidade e na saúde dos trabalhadores. A ausência de estudos nesse sentido reflete, de certo modo, uma omissão constatada por Fígaro (2005, p. 3):

Poucos trabalhos [...] têm se dedicado a analisar a empresa de comunicação como lugar de trabalho, lugar de produção de produtos a partir de determinada lógica produtiva e organizativa e como suas características têm se alterado ao longo das últimas décadas em decorrência das novas tecnologias e processos de organização do trabalho.

Para compreender o trabalho nas editoras de livros brasileiras na atualidade, analisamos dois aspectos que ditam uma nova realidade aos profissionais do setor: a concentração das empresas em grandes grupos (muitos de capital estrangeiro) e a reestruturação produtiva, a despeito dos métodos familiares e artesanais que caracterizaram, por muito tempo, as atividades das pequenas e médias casas editoriais.³

Concentração empresarial e transnacionalização

A integração de empresas editoriais a grandes conglomerados de mídia, bem como os processos de inovação e convergência tecnológica que explodiram a partir dos anos 1980, são fatores que nos levam a considerar as problemáticas contemporâneas da editoração fundamentalmente como questões de comunicação. Hoje, é impossível pensar na dinâmica do setor editorial, em todo o mundo, sem levar em conta os movimentos que aproximam capital financeiro e capital produtivo, e a produção de conteúdos em diversas mídias, de modo integrado ou ao menos interconectado. Embora alguns autores destaquem a baixa rentabilidade das editoras em comparação com as empresas audiovisuais, por exemplo, o fato é que os grandes conglomerados midiáticos do mundo (Bertelsmann, Disney, Mondadori, TimeWarner, Planeta, Viacom, entre outras) possuem seus “braços editoriais”.

³ Os resultados a que cheguei, e que estão em parte expressos neste artigo, conformam alguns dos pressupostos que orientam meu projeto de mestrado. A pesquisa que desenvolvo tem como objeto os profissionais de intervenção textual (revisores, preparadores, copidesques, editores-de-texto etc.) da cidade de São Paulo, com foco em dois aspectos: o trabalho como atividade industrial e o trabalho como atividade discursiva.



Para Amaral Filho (2006, p. 18), a “consolidação das editoras em grandes grupos mundiais se traduz em um movimento criticado por muitos, não só do ponto de vista público — restrição à liberdade e redução de oferta de livros —, mas também prático — editoras são impraticáveis em estruturas grandes e burocráticas”. É necessário considerar também que a edição de livros, com suas estruturas peculiares de funcionamento e suas lógicas próprias de consumo, sempre foi vista como um foco de resistência às tendências aglutinadoras e consumistas do modo de produção capitalista. No entanto, as fusões e aquisições parecem fornecer uma realidade inescapável também para essas empresas, que não obstante são autoproclamadas por muitos as guardiãs do saber durável, legítimo e incorruptível. Explica Fíguro (2005, p. 6):

As corporações foram extrapolando o perfil de multinacionais para constituir-se em grandes conglomerados que comportam empresas de diferentes razões sociais, atuando de forma diversificada em setores de produção, serviço e comércio diferenciados. Como redes, transcendem os territórios nacionais e continentais, mas mantêm a centralização na matriz, produzindo, transmitindo e controlando a disseminação de tecnologia, a criação de novos produtos, a ampliação ou a redução de suas bases em determinados mercados.

Segundo Becerra et al. (2003, p. 55), em referência ao caso argentino mas com possibilidade de aplicação ao contexto latino-americano, “os processos de convergência tecnológica e a crescente importância econômica e simbólica das atividades culturais contribuíram para que, a partir da década de 1980, surgissem cada vez mais articulações entre indústrias e setores”. Concomitantemente a isso, os autores constatam no mercado editorial o ingresso de capitais financeiros em uma escala sem precedentes. No Brasil, essa tendência tem se intensificado desde meados da década de 1990. Além das editoras que já pertenciam a grandes grupos nacionais de mídia (como a Publifolha, do Grupo Folha, e a editora Globo, pertencente ao império da família Marinho), houve diversas incorporações que partiram de capital nacional ou capital estrangeiro.

O Grupo Abril protagonizou um dos mais importantes episódios da indústria editorial brasileira dos últimos anos. A editora Abril, que há quase 60 anos publica revistas e fascículos, logo se transformou em um dos maiores conglomerados de mídia da América Latina, com a expansão das atividades, a partir da década de 1990, para a televisão aberta, a televisão por assinatura e a internet banda larga. Em 1999, adquiriu parte das ações das editoras Ática (fundada em 1965) e Scipione (existente como tal desde 1983), que antes eram as mais fortes concorrentes diretas nos setores de livros



didáticos e paradidáticos. Outra parte das ações foi adquirida pelo grupo francês Vivendi. Em 2004, o conglomerado da família Civita adquiriu a totalidade das ações das duas editoras, que hoje formam a chamada Abril Educação. Com isso, a Abril passou a controlar cerca de 30% do mercado brasileiro de livros escolares.⁴ A última novidade da empresa foi a criação de um sistema de apostilas, numa parceria entre a Abril Educação e a Fundação Victor Civita.

Outro caso de destaque é o da editora Record. Nascida em 1942 como uma pequena distribuidora de quadrinhos, ela acabou se transformando no que é hoje o maior grupo da América Latina no segmento de livros não-didáticos. Além da própria Record, o grupo é composto por outras sete editoras. Destas, destacam-se a Bertrand Brasil (fundada em 1953 e incorporada ao grupo em 1996), a José Olympio (1931/2001) e a Civilização Brasileira (1932/2000), que foram responsáveis por capítulos importantes da história da editoração brasileira. As outras quatro editoras do grupo são Best Seller (adquirida da Nova Cultural), Nova Era, Difel e Rosa dos Tempos, além de três selos.

Há muitos outros casos. A Ediouro, fundada em 1939 e atuante nos mercados de livros e revistas, agora faz parte de um grupo que engloba também as editoras Agir, Relume Dumará, Nova Fronteira/Nova Aguilar, Geração Editorial e Desiderata, além do controle das edições brasileiras da Guinness e da Thomas Nelson. A Saraiva adquiriu a Atual, a Renascer e a Formato, além de controlar o Ético Sistema de Ensino e uma rede de livrarias. O Ibep comprou a Companhia Editora Nacional (fundada em 1925 por Monteiro Lobato), expandindo sua atuação no mercado de didáticos. A FTD, que foi fundada em 1902 pela congregação marista e também está nesse segmento, comprou a Quinteto. A evangélica Mundo Cristão, de São Paulo, adquiriu a similar fluminense Textus. A Francis foi comprada pela Landscape, que também detém a Leganto. E a Nobel Franquias, que é dona de outra rede de livrarias, congrega as editoras Nobel, Marco Zero, Conex e Studio Nobel.

A internacionalização do capital das editoras brasileiras também tem atraído os olhares da opinião pública. O grupo espanhol Prisa-Santillana, que publica o diário *El País* e é líder do setor de didáticos na América Latina, é sócio-majoritário da Objetiva e da Moderna. O Grupo Planeta, também originário da Espanha, controla dezenas de editoras em vários países, além de atuar nos ramos da educação e da produção

⁴ No momento em que este artigo foi finalizado, havia rumores de que a Ática e a Scipione teriam sido adquiridas pela Pearson (que é o maior grupo editorial do mundo), com participação do Ibep. No entanto, essa informação não foi divulgada oficialmente pelas empresas envolvidas. De qualquer modo, a própria incerteza que caracteriza as informações relativas a essas negociatas é sintomática da instabilidade desse mercado.



audiovisual; recentemente abriu a filial brasileira (composta pela Planeta do Brasil, que publica livros, e pela Planeta de Agostini, que cuida dos colecionáveis) e assedia importantes editoras do país. A Campus foi adquirida pelo grupo holandês Elsevier, e atualmente o Grupo Editorial Campus inclui também as publicações das editoras Negócio, Alegro e Ímpetus. Outros grupos transnacionais atuantes no Brasil são a Thomson (renomeada neste ano para Cengage Learning), a Larousse (que já integrou o grupo Vivendi e agora é uma empresa da Hachette Livre; no Brasil mantém uma linha editorial própria, mas está também ligada ao Grupo Escala por meio de controle acionário) e a SM (outro grupo espanhol que possui forte presença no mercado latino-americano e abriu recentemente uma filial brasileira).

Os processos de compra, fusão, aquisição e troca de controle acionário adquirem perfis distintos nos diversos casos citados, e estão em constante transformação. A complexidade e a rapidez com que ocorrem faz transparecer as próprias regras do jogo da economia contemporânea: fragilidade, especulações e quantias milionárias envolvendo empresas dos setores editorial, livreiro, educacional e de mídias. Em alguns casos, as editoras incorporadas acabam por transformar-se em selos subordinados à marca do grupo; em outros, cada editora preserva uma forte identidade em sua linha de publicação. Enquanto em umas a determinação das estratégias e títulos se rege pelas decisões da grande direção, em outras se consegue manter alguma independência. Em diversos casos, uma única editora promove o próprio crescimento pela via da criação de selos, incluindo os de edição paga. De todo modo, a tendência preponderante que se pode verificar é a de que as editoras brasileiras têm traçado um caminho semelhante ao das similares de outros países: unir-se em grupos médios para, em seguida, ser abocanhadas pelos grandes grupos nacionais ou internacionais.

Com essas mudanças estruturais no mercado editorial, configurou-se uma realidade bastante intrincada. De um lado, subsistem milhares de pequenas editoras, em geral segmentadas, que se mantêm “independentes” e, a despeito da qualidade que alcançam em boa parte dos casos, possuem métodos de trabalho muitas vezes amadores. De outro, os grandes mercados estão quase todos nas mãos das grandes empresas, boa parte delas controlada por grandes grupos, que se assemelham a qualquer outra corporação moderna. E vale ressaltar que, embora as microeditoras não participem ativamente do processo de “modernização” industrial do setor, acabam por apropriar-se das práticas de trabalho vigentes nas mídias e grandes empresas, de modo a diminuir custos e ganhar competitividade.



Deparamo-nos, enfim, com o dado assustador de que apenas dez editoras concentram 70% do faturamento do setor. No âmbito dos livros didáticos — cujo maior comprador é o governo e que constitui a “menina dos olhos” das editoras nacionais e dos grupos estrangeiros que aqui chegam —, a concentração é ainda maior. De acordo com Soares (2007, p. 22), as compras do governo são extremamente oligopolizadas: de 1998 a 2006, “91,68% das compras do FNDE foram realizadas de 17 empresas, sendo que, destas, 12 pertencem a seis grupos editoriais”. Salta aos olhos que Abril, Santillana, FTD, Saraiva, Ibeb e Ediouro, além da Editora do Brasil, receberam juntas um total de quase R\$ 4 bilhões — cerca de 87% das compras governamentais nesse período.

Como dita a boa cartilha da globalização econômica, com seus reflexos em toda a América Latina, esta não é uma realidade exclusivamente brasileira. Na Argentina, por exemplo, onde também predominavam os negócios familiares e as grandes empresas nacionais, as últimas décadas foram caracterizadas pela “invasão” do capital estrangeiro. O país foi, na verdade, a porta de entrada de grupos europeus (em especial Planeta, Bertelsmann, Prisa–Santillana e Vivendi) para o mercado da América hispânica. De modo semelhante ao que ocorre no Brasil, a maior parte dos lucros do setor editorial argentino está nas mãos de cerca de vinte editoras, nenhuma de capital exclusivamente nacional (Becerra et al., 2003, p. 77-8).

Essas relações cada vez mais intensas entre capital financeiro e capital produtivo, bem como o ingresso de grupos transnacionais no setor editorial brasileiro, acabaram por formar um sistema de oligopólio, e a concentração das empresas dá freqüentes sinais de que pode se acirrar. Essas mudanças foram concomitantes a alterações fundamentais nos modos de produção dessas empresas e das editoras que (ainda) não foram adquiridas por outras, mas repetem modelos das líderes do mercado. É o que veremos, com detalhes, no tópico a seguir.

Reestruturação produtiva e precarização da mão-de-obra

Muito se tem dito, em âmbito acadêmico, sobre as mudanças que a partir dos anos 1970 atingiram o mundo do trabalho. As transformações, ainda em curso, estão relacionadas ao esgotamento do modelo taylorista/fordista e à emergência de novos modelos, dentre os quais tem destaque o modelo japonês (toyotismo), que surge “no bojo da globalização como mundialização do capital” (Alves, 2005, p. 412). Essa mudança,



se, de um lado, implica a passagem de um trabalho caracterizado pela execução mecânica de tarefas repetitivas a um trabalho com um componente maior de iniciativa por parte do empregado, por outro lado, ao deslocar o exercício da predominância da mão para a do cérebro, mediante novos modos do fazer que exigem um saber-fazer, pressupõe uma demonstração de destrezas com um componente mental maior. (Martín-Barbero, 2006, p. 58)

Em boa parte dos trabalhos científicos e dos discursos midiáticos voltados ao mundo empresarial (*Exame, Você S/A* etc.), os modos de acumulação flexível — de que o toyotismo é expressão máxima — surgem como uma ruptura extremamente positiva em relação ao fordismo. Palavras como “autonomia”, “empreendedorismo” e “flexibilidade” ditam a agenda daqueles que vêm nessa reconfiguração do mundo do trabalho uma libertação em relação àquilo que o sistema capitalista tem de mais degradante. Essas transformações não somente são aceitas pelos empresários e executivos, mas também reivindicadas por trabalhadores que enxergam nisso tudo apenas liberdade e autodeterminação.

Assumimos, aqui, o compromisso de engrossar o coro das vozes dissonantes, que vêm nessas novas formas de organização da produção somente reconfigurações ou redesenhos do que já se fazia antes:

[...] quaisquer que sejam os processos de trabalho (modelos ou trajetórias) — taylorismo/fordismo, ohnismo/toyotismo, neofordismo, híbridos etc. — é necessário compreendê-los como processos de trabalho subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista. (Tumolo, 1997, p. 339)

Em contraponto às lideranças toyotistas e aos entusiastas do individualismo pós-moderno, temos em mente que o paradigma da acumulação flexível não altera o capitalismo em sua essência. Pelo contrário, as novas características do mundo do trabalho estão estreitamente ligadas a um modo de produção que está permanentemente em crise e precisa se reinventar para assegurar a prevalência do capital sobre o trabalho: “exatamente porque o capital não pode eliminar o *trabalho vivo* do processo de criação dos valores, ele deve aumentar *a utilização e a produtividade do trabalho de modo que intensifique as formas de extração da mais-valia em tempo cada vez mais reduzido*” (Antunes, 2003, p. 11). Assim, ao contrário do que se propaga, o novo modelo



não significa a liberação da iniciativa do trabalhador, de sua capacidade de inovação e criatividade, mas, sim, seu controle pela lógica da rentabilidade empresarial que a sujeita, a todo momento, à “avaliação dos resultados”, ao mesmo tempo que essa chamada flexibilidade oculta sua verdadeira realidade: a precarização do emprego [...]. (Martín-Barbero, 2006, p. 58)

No âmbito da editoração, parte das análises repete o argumento da flexibilidade que é própria das revistas do mundo corporativo, dos livros dos gurus da administração e do discurso de certas faculdades, ansiosas por despejar no mercado alunos “preparados”. Tarragó e Alvarez (2005), por exemplo, enfatizam que as transformações tecnológicas e as constantes mudanças da contemporaneidade impõem aos profissionais da área a necessidade de completa adequação. Defendem, para isso, a formação de trabalhadores dinâmicos, inovadores e polivalentes, que dominem os recursos técnicos, as linguagens e as ferramentas de gestão, e que estejam prontos para as contínuas transformações do mundo, as exigências do mercado e a competitividade. O foco de análise dessas autoras assume que a formação e a atuação dos profissionais de editoração deve se pautar em função das transformações do mercado, e nunca o contrário. Desse modo, elas acabam por negligenciar um aspecto importante da questão.

Em completa consonância, Souza et al. (2006) chegam a justificar o surgimento dos cursos de Produção Editorial como resposta a essas novas demandas: o chamado “produtor editorial” atuaria nas interfaces da comunicação, como um profissional capaz de lidar com diferentes suportes, gêneros e contextos de trabalho. Este seria, então, o trabalhador ideal para a nova realidade de convergência midiática que, ao nosso ver, é tanto consequência quanto causa das fusões e aquisições de empresas midiáticas. Eis como os discursos desses autores personificam o imperativo da conformação, vez que nem sequer sugerem a necessidade de que esses profissionais, tão versáteis e “anteados”, tenham consciência de seus direitos e transformem práticas gerenciais pouco éticas — e que, às vezes, beiram a inconstitucionalidade.

Amaral Filho (2006, p. 21), embora esteja mais lúcido quanto à situação dos profissionais da área, tenta justificar as mazelas da acumulação flexível com uma contingência econômica e não faz questão de problematizar a postura das empresas:

Editoras mais estruturadas [...] podem ter parte dos revisores e diagramadores diretamente empregados, mas essa prática está desaparecendo no Brasil devido aos altos custos trabalhistas, em cenário de crescimento estagnado. [...] Outra prática que está se tornando comum é a terceirização do ‘projeto editorial’ — ou seja, tudo é feito fora, inclusive a edição.



O autor atenta para um fato importante: não apenas as atividades auxiliares à edição são terceirizadas, feitas externamente à casa editorial. Todos os tipos de profissional (tradutores, preparadores, revisores, designers, diagramadores, ilustradores, fotógrafos, e em alguns casos editores, coordenadores de produção e assistentes editoriais) estão sob regimes precários ou alternativos de trabalho. E é evidente que os custos trabalhistas e o cenário econômico desfavorável não são fatores que, por si só, expliquem o fenômeno. É preciso pôr em relevo o fato de que muitas das empresas que praticam essas formas de contratação de mão-de-obra o fazem porque não querem abrir mão de suas margens de lucro, por vezes altíssimas.

Há quem se contraponha. Já em 1988, Gomes apontava para as dificuldades que os profissionais de editoração enfrentam com a precarização das relações de trabalho. O autor destacava, por exemplo, as “estratégias de desvalorização dos indivíduos através da manipulação de seu ímpeto competitivo por grandes esquemas industriais” (p. 15), o enfraquecimento dos sindicatos, os monopólios da indústria editorial, a redução das equipes editoriais fixas, o aviltamento das remunerações e direitos trabalhistas por meio da terceirização de serviços, e a falta de uma legislação que regulamentasse essas relações. Tudo isso, como não é difícil perceber, é expressão do toyotismo — a despeito de qualquer visão romântica que se tenha das editoras como instâncias de produção simbólica não submetidas às lógicas do mercado:

A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do *trabalho “mais intelectualizado”* no interior das plantas produtivas *modernas e de ponta*, e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, part-time, terceirizado, desenvolvidas intensamente na “era da empresa flexível” e da desverticalização produtiva, *são fortes exemplos da vigência da lei do valor*. (Antunes, 2003, p. 11)

Não há dúvidas de que, desde o alerta de Marcos Gomes, a situação não melhorou, e talvez tenha se agravado na direção do que nos mostra Antunes. Yamazaki (2007, p. 3), por exemplo, ao abordar a confusão terminológica existente entre os profissionais do texto (editores, revisores, preparadores, copidesques etc.), destaca:

Essa confusão de denominações e a falta de definição para cada tarefa decerto colaboram para aviltar o trabalho do editor de texto. [...] No Brasil, cremos que ainda há um agravante: a tendência de uma única pessoa acumular funções que deveriam corresponder a diferentes profissionais do



texto. Tendência estimulada pelas editoras, que assim podem diminuir o orçamento destinado à edição de texto.

No discurso hegemônico que preconiza a polivalência e a versatilidade profissional, essa problemática converte-se em virtude. Vence a concorrência quem se dispõe a executar tarefas diversas por preços competitivos (ou o que é pior: que se submete aos preços abusivos que constam nas tabelas das editoras). Obtém sucesso aquele que aceita trabalhar sem vínculo empregatício e assume sozinho, de forma empreendedora, seus rumos profissionais.

Infelizmente, o “profissional PJ” (pessoa jurídica) muitas vezes tem a falsa impressão de que, por ser dono da própria empresa, é também dono do próprio nariz. O que ele não vê é que, ao abrir o próprio negócio (muitas vezes apenas para emitir nota fiscal de serviços), ele não se livra do desgaste das remunerações e pode contribuir ainda mais para aviltar os preços. Outra ilusão freqüente é a de que, por ter uma remuneração da qual não se descontam os impostos das leis trabalhistas, o frila possui uma remuneração melhor que a do profissional contratado. Ele se esquece de que, ao abrir mão dos benefícios do trabalho estável — férias, local adequado de labor, décimo-terceiro salário, licenças etc. —, acaba por arcar com despesas e responsabilidades que a editora deveria garantir. Nisso reside a grande ironia: mal absorveram as inovações introduzidas por Ford, as editoras já se agarram às vantagens do sistema de Ohno.

Não se trata, é claro, de abordar o problema de maneira maniqueísta. Nem as editoras são entidades maléficas, comprometidas com a degradação do trabalho humano, nem os trabalhadores são pobres seres submissos, alijados do processo. Mas grita aos olhos que, tanto em função das novas exigências de trabalho quanto pelo servilismo com que essas regras são recebidas pelos profissionais, as editoras diminuem drasticamente o número de empregados fixos, regulares, e aumentam a carteira de “colaboradores” — eufemismo irônico para uma espécie de vínculo precário que, sob a aparência de tornar a relação mais igualitária, aprofunda injustiças que os esquemas fordistas ou pré-fordistas já não faziam muita questão de esconder.

O trabalhador na encruzilhada

As duas instâncias de análise a que recorreremos anteriormente parecem trazer uma realidade contraditória: ao mesmo tempo que as editoras se concentram em grandes



grupos nacionais ou transnacionais, vinculados ao capital financeiro, elas pulverizam suas células de produção em microempresas e profissionais autônomos, contratados de acordo com as demandas editoriais. Diminui a concorrência entre as empresas, aumenta a concorrência entre os trabalhadores. Com isso, grande parte dos profissionais se sustenta com formas precárias de trabalho — o PJ, o autônomo, o frila. Crescem, concomitantemente, as formas de teletrabalho e trabalho em casa.

[...] o trabalho sofre uma forte retração e até o desaparecimento do vínculo societário — espacial e temporal — entre o trabalhador e a empresa, afetando profundamente a estabilidade psíquica do trabalhador: ao deixar de ser um âmbito-chave de comunicação social, do reconhecimento social de si mesmo, o trabalho perde também sua capacidade de ser um lugar central de significação do viver pessoal, do sentido da vida. (Martín-Barbero, 2006, p. 58)

Outro fato é que os profissionais de editoração, em grande parte, estão sujeitos a rendas variáveis e quase nenhuma segurança empregatícia. Não têm garantidos os direitos e benefícios. Essa situação é bastante semelhante à que vivem os profissionais de outros setores da comunicação: nas atividades jornalísticas, publicitárias e de produção audiovisual — que em grande parte se situam dentro dos mesmos grupos gigantes de mídia — também são comuns as figuras do autônomo e do ainda mais precário frila-fixo (o profissional que trabalha internamente à empresa, submetendo-se à hierarquia estabelecida, mas sem registro e sem as garantias da CLT).

Essa situação traz, sem dúvida, sérias conseqüências aos trabalhadores. A fragilidade e a solidão com que são obrigados a enfrentar os conflitos de normas e os desafios inerentes à atividade de trabalho causam sentimentos de desapego social. A incerteza em que vivem resulta da insegurança dos contratos por projeto de prestação de serviços. A qualquer momento, o profissional pode-se ver repentinamente desprovido de fontes de remuneração e de vínculo institucional — e a empresa, que por anos utilizou sua mão-de-obra, pode dispensá-lo sem gastos e burocracia. Em especial para aqueles que se valem do PJ e do teletrabalho, implodem-se as possibilidades de integração com os colegas — que, com a lógica toyotista, passam a ser concorrentes — e de identidade profissional: a competição desenfreada se traduz “em fragmentação, tanto do ofício quanto das comunidades de ofício” (Martín-Barbero, 2006, p. 58). Com isso corrobora Dejours (2004, p. 34):



Os contratos de objetivos, a avaliação individualizada do desempenho, a concorrência entre os agentes e a precarização das formas de emprego conduzem ao desenvolvimento de condutas desleais entre pares e à ruína das solidariedades. O resultado destas práticas gerenciais é o isolamento de cada indivíduo, a solidão e a desagregação do viver junto.

Abramides e Cabral (2003) advertem que “a precarização das relações de trabalho, a intensificação de ritmos, a perda de postos de trabalho e a exigência de polivalência (requisições diferenciadas na atividade laborativa) têm ampliado e agravado o quadro de doenças e riscos de acidentes nos espaços socioocupacionais”. As autoras citam a indústria editorial como um dos setores com maior incidência de casos de LER/DORT (lesões por esforço repetitivo, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho) (p. 8-9).⁵ Fica claro, então, que para se adequar às exigências do mercado o trabalhador sacrifica (às vezes sem se dar conta) sua saúde física e mental; ele “é um indivíduo disposto à permanente reconversão de si mesmo, e isso num momento em que tudo na sociedade faz do indivíduo um sujeito inseguro, cheio de incerteza, com tendências muito fortes à depressão, ao estresse afetivo e mental” (Martín-Barbero, 2006, p. 59).

Considerações finais

Nas últimas décadas, a concentração das empresas editoriais, em que pesam os agentes do capital financeiro e os grupos midiáticos transnacionais, alterou profundamente a configuração da editoração brasileira. Em paralelo, as novas formas de acumulação flexível, com a precarização da mão-de-obra, impuseram aos trabalhadores do setor uma realidade bastante desfavorável — a despeito das percepções que essa realidade desperte nesses profissionais. Caberia-nos aceitar a situação como ela é dada ou discutir o se pode fazer do futuro? Ficamos com a segunda alternativa: “mais do que nunca, exige-se uma imaginação sociológica capaz de nos permitir apreender não apenas as misérias do presente, mas as riquezas do possível” (Gorz apud Alves, 2005). Então, quais são os caminhos possíveis, na medida em que o pensamento hegemônico faz crer que essa situação é uma decorrência natural na evolução dos processos produtivos, e que cabe ao trabalhador aceitar as contingências e adequar-se?

⁵ Faltam no Brasil dados consistentes sobre a prevalência desse tipo de distúrbio entre os profissionais do setor. No entanto, não é muito difícil encontrar revisores e diagramadores que, sem contrato fixo e sem acesso a um plano de saúde pago pela empresa, trabalham como frilas com cargas horárias aviltantes apesar das dores intensas que a atividade lhes custa.



Gomes (1988) propõe que os profissionais de editoração estejam sob a égide do Sindicato dos Jornalistas, que regulamenta os pisos salariais da categoria. Uma das justificativas do autor é o fato de que o sindicato dos trabalhadores de editoras tem pouca força política e está atrelado ao sindicato patronal. A proposta de Gomes faz bastante sentido ainda hoje, dado que a formação dos grandes grupos midiáticos tende a pôr, sob o mesmo guarda-chuva, profissionais das duas áreas. No entanto, não há como ignorar os problemas do movimento sindical hoje. Com que instrumentos efetivos esse tipo de união lidaria com uma realidade que, de tão sedimentada, parece irreversível? Será que um sindicato unificado dos profissionais de comunicação, em todas as suas vertentes, não teria mais subsídios para lidar com a diversidade de situações dos trabalhadores e com os diferentes mas consonantes desafios que se põem ao setor? Ou esse tipo de entidade correria o risco de esvaziar-se nos interesses de alguns poucos burocratas, como ocorre em muitos outros casos similares? E, se não é no movimento sindical, em que instância os trabalhadores podem lidar com uma realidade tão desfavorável? Não nos cabe, aqui, dar respostas definitivas a essas perguntas. Mas é preciso que o individualismo, elogiado pelos que enaltecem a beleza da pós-modernidade e da acumulação flexível, dê lugar a um sentimento de grupo que, se não surge pela via da identidade profissional, deve brotar da urgência de uma ação coletiva.

É necessário também que o ensino e a pesquisa em Editoração lidem de maneira realista com esses problemas. Hoje, o estudo da edição de livros no Brasil deve levar em conta a rapidez com que essas transformações têm acontecido e seus impactos nas rotinas de produção, na qualidade dos produtos e na vida dos sujeitos envolvidos. No âmbito do ensino, é preciso refletir sobre os perfis profissionais que a universidade — em especial nos cursos mantidos pelas escolas de comunicação — deve formar. No âmbito da pesquisa, talvez seja necessário rever as prioridades da área, no sentido de libertar o livro e seus circuitos de produção/circulação de certa aura mágica, privilegiada, erudita. Pôr os pés no chão. Sem isso, corremos o risco de produzir uma ciência meramente contemplativa, desprovida do sentido que deveria ser sua meta maior: ajudar a promover a emancipação humana.



Referências bibliográficas

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. “Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 1, 2003.
- ALVES, Giovanni. “Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global”. *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2005.
- AMARAL FILHO, Ricardo Gomes do. “*Não estou nisso para ganhar dinheiro*”: discurso e prática nas indústrias de criação. Dissertação (mestrado), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Cortez/Ed. Unicamp: São Paulo/Campinas, 2003.
- BECERRA, Martín; HERNANDÉZ, Pablo; POSTOLSKI, Glenn. “La concentración de las industrias culturales”. In: _____. *Industrias culturales: mercado y políticas públicas en Argentina*. Ediciones CICCUS/Secretaría de Cultura de La Nación: Buenos Aires, 2003.
- DEJOURS, Christophe. “Subjetividade, trabalho e ação”. *Revista Produção*. v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004.
- FÍGARO, Roseli. “Comunicação e trabalho: as transformações do trabalho na empresa de comunicação”. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVIII, Rio de Janeiro, *Anais...* Intercom: São Paulo, 2005.
- GOMES, Marcos. “Radiografia do mercado de trabalho em editoração”. *Cadernos de Jornalismo e Editoração*, n. 22, dez. 1988.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Técnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século”. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Mauad: Rio de Janeiro, 2006.
- SOARES, Ricardo Pereira. *Compras governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo*. Ipea: Brasília, 2007.
- SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho de et al. “Século XXI – novas possibilidades, novas exigências: a produção editorial”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXIX, Brasília, *Anais...* Intercom: São Paulo, 2006.
- TARRAGÓ, Nancy Sánchez; ALVAREZ, Yuniar Yaneris Díaz. “El sector editorial contemporáneo y las competencias profesionales”. *ACIMED*, v.13, n.5, sep.-oct. 2005.
- TUMOLO, Paulo Sergio. “Metamorfoses no mundo do trabalho: revisão de algumas linhas de análise”. *Educação e Sociedade*, ano XVIII, n. 59, ago. 1997.
- YAMAZAKI, Cristina. “Editor de texto: quem é e o que faz”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXX, Santos, *Anais...* Intercom: São Paulo, 2007.